Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 28 | 2011

Das leituras e dos leitores - Entre filologia e história

O espiritualismo d'A Águia

The spiritualism of A Águia

Miguel Real

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/288>

DOI: 10.4000/cultura.288

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2011

Paginação: 237-255

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Miguel Real, « O espiritualismo d'A Águia », *Cultura* [Online], Vol. 28 | 2011, posto online no dia 10 maio 2013, consultado a 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/288> ; DOI : 10.4000/cultura.288

O espiritualismo d'A Águia

Miguel Real*

1. Contexto social e político

O espírito da revista *A Águia* (2.^a série) integra-se na dominante emergência do nacionalismo português advindo após a instauração da República em 5 de Outubro de 1910 – a característica nova mais original da história do pensamento português entre 1910 e 1930 enquanto resposta sólida ao ambiente decadentista finissecular iniciado com as Conferências do Casino, em 1871, e prolongado com a humilhação patriótica do Ultimato de 1890.

De facto, após a instauração da República, emergem quatro tipos diferenciados de nacionalismo:

1. o nacionalismo d'A Águia, um nacionalismo lírico espiritualista, neo-romântico e providencialista de Teixeira de Pascoaes e dos poetas da "Renascença Portuguesa", Jaime Cortesão, António Correia de Oliveira, Augusto Casimiro, Mário Beirão, retratando um Portugal histórico, tradicional, firmado na interpretação e consciencialização das constantes da cultura portuguesa e centrado no conhecido aforismo de Pascoaes segundo o qual "o futuro de Portugal reside no seu passado";
2. o nacionalismo republicano positivista fundado na filosofia de Teófilo Braga, expressão portuguesa da obra filosófica de August Comte;
3. o nacionalismo messiânico de António Sardinha, do Integralismo Lusitano e do movimento da Cruzada de Nun'Álvares Pereira, que desembocará no totalitarismo de Estado em Oliveira Salazar;
4. o nacionalismo histórico providencialista talhado em pedra na obra arquitectónica de António Augusto Carvalho Monteiro na Quinta da Regaleira, em Sintra, conjugado com o nacionalismo providencialista na obra "ocultista" e esotérica de Fernando Pessoa.

* CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Europeias e Lusófonas da Faculdade de Letras de Lisboa.

Face a este nacionalismo avassalador, motivado indubitavelmente tanto pela atmosfera política de decadência da Monarquia a partir do Ultimato de 1890 quanto pela emergência regeneradora da República, dois movimentos posteriores tentam, por um lado, libertar Portugal do “cadáver” em que se tornara o seu passado decadente e, por outro lado, evidenciar um Portugal europeu, racionalista, científico e moderno:

1. o Portugal europeu e modernista de *Orpheu* (1915), de Almada Negreiros, Santa Rita Pintor, Amadeu Sousa Cardoso e Fernando Pessoa;
2. o Portugal racionalista da *Seara Nova* (1921), igualmente europeu e democrático, cooperativista e internacionalista de António Sérgio, Câmara Reis, Raul Proença e Jaime Cortesão.

Com efeito, desde o Ultimato, de 1890, assistia-se à crescente subida de volume do caudal social do movimento republicano como um todo. Ano a ano, tornara-se manifesta a ascensão progressiva do movimento republicano, tanto nas ruas quanto na ocupação de lugares na Câmara dos Deputados e na direcção das câmaras municipais, quanto, ainda, na conquista de legitimidade como única oposição credível capaz de regenerar Portugal. Simultaneamente, expande-se a crescente conflitualidade entre os Partidos Progressista e Regenerador, incapazes de estabelecer uma plataforma de entendimento que pudesse salvar a monarquia. Com a irrupção dos grupos “dissidentes” de João Franco e José Maria Alpoim, assiste-se ao clima de dissídio, suspeita e malícia entre os chefes monárquicos tradicionais e a uma atmosfera de discórdia que, como profetizou Júlio Vilhena, haveria de findar por um crime ou uma revolução. Cumpriu-se o vaticínio: D. Carlos e o Príncipe Luís Filipe foram assassinados em 1 de Fevereiro de 1908 e a República instaurada em 5 de Outubro de 1910.

Nos finais do século XIX, como a crise do *Ultimatum* o provou, tornara-se absolutamente necessário regenerar a elite dirigente de Portugal, transferindo o poder para grupos sociais mais enérgicos, como os advogados, os banqueiros, os comerciantes, os professores universitários. Se Portugal fosse a Inglaterra, D. Carlos poderia ter sido o rei “oportuno”, travando a decadência da monarquia, restaurando-a. Mas D. Carlos foi um rei inglês sentado num trono português, povo constitutivamente mais votado a revoluções que a reformas devido à sua constitutiva fragilidade social. De facto, em 1890, 70% dos portugueses eram analfabetos; a Igreja Católica, assoberbada desde 1820 pelo iluminismo francês, sobrevivia fundada menos na devoção e mais na superstição (que desembocará em Fátima, 1917); mais de 80% dos portugueses viviam no campo, sem assistência médica e escolar e com um mínimo de estradas de macadame; o regime censitário afastava das eleições a maioria da população; a crise nas Finanças Públicas arrastava-se desde 1890 e nem a sobrecarga de impostos e taxas

de Oliveira Martins a tinham amortecido; o aproveitamento mediático dos empréstimos do Governo à Casa Real tinha abalado o já distante prestígio popular de D. Carlos e de D. Amélia; sobretudo, não existia um projecto político que não fosse avançar com obras públicas à custa de empréstimos estrangeiros, cujos juros asfixiavam a economia do país.

Assim, ainda que, face aos países da Europa Central, tivessem permanecido as mesmas disparidades nas condições de vida social, nas estatísticas da saúde, do ensino superior, da alfabetização, da economia, o nacionalismo republicano perspectivava a nova situação política como o início de uma regeneração da alma nacional, um reencontro com as origens vivificantes da portugalidade: a inflamação retórica nacionalista compensava o contínuo decréscimo do nível de vida, diabolizava monárquicos e anarco-sindicalistas, à direita e à esquerda, e prometia, sob a discórdia e o conflito partidário entre republicanos, futuros paraísos para a pequena-burguesia de funcionários públicos, caixeiros do comércio e empregados médios das empresas, seus naturais apoiantes.

Com a instauração da República, o nacionalismo triunfante assumiu-se finalmente como ideologia dominante, mormente o nacionalismo positivista republicano, enformador da Constituição de 1911. É justamente este tipo de nacionalismo que Teixeira de Pascoaes irá combater assumindo a direcção d'A Águia, oferecendo uma alternativa lírica e tradicionalista.

Entre o final de 1910 e princípios de 1911, o Governo Provisório da República, secundando o pensamento de Afonso Costa, proclama um conjunto de leis que, na sua totalidade, devido às profundas consequências sociais que possuem, alterarão radicalmente a face do país: fim de privilégios aristocráticos e igualdade de todos os cidadãos; implantação da lei da separação entre Estado e Igreja; aplicação da lei de divórcio; nacionalização das propriedades da Igreja; extinção das Ordens e Congregações religiosas; nacionalização dos registos de nascimento, casamento e morte dos cidadãos; abolição da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra; extinção dos colégios de jesuítas e de outras Ordens; proibição de manifestação pública de ritos religiosos, eliminando as tradicionais procissões populares; proibição das vestes talares dos sacerdotes em lugares públicos; proibição da presença de oficiais fardados em cerimónias religiosas; expansão do ensino laico. Este conjunto de leis, bem como a radical reestruturação do poder administrativo e político do país, trazendo o poder republicano e urbano da rua para o novo parlamento, corresponde à visão positivista de Comte da evolução da humanidade em três estádios (teológico, metafísico e positivo) e à crença de que, com a realização integral da República, Portugal atingiria gradualmente o último estágio, o positivo ou científico. Dito de outro modo, corresponde à influência francesa na cultura portuguesa, que Teixeira de Pascoaes recusa em absoluto, concluindo ter sido justamente a influência francesa um dos mais fortes elementos da desnacionalização da cultura portuguesa, como à frente se exporá.

De facto, decepcionados, devido ao acrisolado positivismo dominante, em 1911 tinham-se afastado do poder republicano nomes emblemáticos do período ante-revolução de 1910 como Guerra Junqueiro, Sampaio Bruno e Basílio Teles. Por outros motivos, Machado Santos, o herói da “Rotunda”, afastara-se igualmente. Em 1912, António José de Almeida funda o Partido Republicano Evolucionista e Brito Camacho o Partido Unionista ou da União Republicana, ambos em conflito com o Partido Democrático de Afonso Costa, tripartindo assim a base de apoio social da República. Em 1912, assiste-se à primeira greve geral na República, contestando abertamente o poder de Afonso Costa, cuja repressão sobre o operariado o torna conhecido como “o racha-sindicalistas”. Em 1912, igualmente, desenvolve-se a incursão monárquica no Norte, dirigida por Paiva Couceiro, pressionando fortemente o poder republicano. E cinco, seis anos após a sua implantação, a República confronta-se com os seus limites políticos através de uma sociedade empobrecida, humilhada nos seus ideais de prosperidade europeia, alimentando elites autofágicas circulando em torno de um Estado incapaz de estabelecer o princípio de um futuro colectivo (o contínuo caciquismo eleitoral), estrangulando censitariamente o acesso de novas camadas sociais à participação política (em 1910 votam apenas cerca de 10% da população); fomentando a pauperização progressiva de camadas populacionais urbanas geradora de contínuos assaltos colectivos a armazéns de víveres em Lisboa e Porto e o apodrecimento da instituição militar, cujos soldados e oficiais desconheciam o soldo certo; o endividamento do Estado, absorvido economicamente em obras públicas; a imbecilização de massas ignorantes (70% de analfabetismo em Portugal), disponíveis para acreditar em promessas paradisíacas e, desiludidas, descobrindo como única salvação a emigração para a Venezuela, a Argentina e o Brasil; a fortíssima agitação de rua capitaneada por sindicatos de direcção anarco-sindicalista; a nulificação internacional de Portugal e a total auto-humilhação das novas gerações, expropriadas do orgulho de uma concreta e presente identidade nacional.

É com base neste húmus social que emergem, em 1917, o sidonismo e o fenómeno das “Aparições” de Fátima, prolongando a agitação que atravessava o país desde 1890, conturbando-o. Assim, em 1917-18, com a revelação dos milagres de Fátima e a “República Nova” de Sidónio Pais, verifica-se uma explosão de acontecimentos sociais e culturais cujo sentido englobante, comparado com o dos anos anteriores, não só já destes se distancia como deveras anuncia um novo rumo cultural para Portugal – a “República Nova” de Sidónio Pais anuncia o ciclo político conservador que dominará Portugal até ao ano de 1974. Com Sidónio Pais, a República muda de rumo, tornando-se tradicionalista e conservadora, para além de tirânica – Afonso Costa é preso (posteriormente libertado, passando a viver em Paris) e Bernardino Machado parte para o exílio. Não é de admirar, assim,

que, face ao vórtice social então vivido, José Júlio da Costa, um republicano que lutara na Rotunda em 5 de Outubro, assassine o “Presidente-Rei”, e Mussolini envie condolências fúnebres, lamentando a morte de um político que via como companheiro do Sul. Não é também de admirar que o herói da Rotunda, Machado dos Santos, se profile ao lado de Sidónio, apoiando-o. O delírio ideológico provocado pelo vórtice social atingia o máximo esplendor, nomeadamente após a entrada de Portugal na I Guerra Mundial.

Desde o seu nascimento, *A Águia* e a Renascença Portuguesa, como viveiros culturais, tinham-se tornado reflexo deste Portugal conflituoso, reflectindo-o *ab ovo* através da proposta de dois manifestos ideologicamente contraditórios. Um, o de Teixeira de Pascoaes, mais nacionalista, propondo para o novel movimento cultural o primitivo nome de “Renascença Lusitana”, acentuando as diferenças étnicas e culturais do “povo lusitano” face aos restantes povos europeus¹; outro, de Raul Proença, mais europeísta, visando “pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá de fora”².

Do mesmo modo, recebe uma valiosa contribuição no campo da crítica literária por parte de Fernando Pessoa, que em *A Águia* prevê o surgimento para breve de um “supra-Camões”. Assim, destes três movimentos intelectuais cruzados nos dois primeiros anos d'A Águia, nascerão *Orpheu*, em 1915, e a *Seara Nova*, em 1921.

A gripe espanhola, que matou quase 10% da população, a divisão do partido republicano nos três partidos de Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho, estilizando a base social de apoio republicana, a segregação de vastas camadas rurais do benefício do voto, o conflito permanente com os sindicatos anarquistas, o conflito voluntarista com a tradição de setecentos anos de domínio das mentes pelas Igreja Católica, a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, o protagonismo autoritário de algumas figuras políticas, de Afonso Costa a Pimenta de Castro e a Sidónio Pais, as diversas incursões monárquicas, sempre perturbadoras, mormente a de 1919, impediram a modernização do Estado, crivado de dívidas após os orçamentos superavitários de Afonso Costa, mas não impediram a modernização de costumes sociais, que, de facto, acompanha a Europa Central no campo feminista, no campo da instrução das crianças e no campo das artes e da literatura. Ganhou igualmente raízes em Portugal, de um modo definitivo, a ideia de laicidade, de Estado laico, separando o domínio do sagrado do domínio do profano. Conquistou-se, para sempre, a

¹ Cf. totalidade do “Manifesto” subscrito por Teixeira de Pascoaes em Celeste Natário, *Entre Filosofia e Cultura. Percursos pelo pensamento filosófico-poético português nos séculos XIX e XX*, Sintra, Editora Zéfiro, 2007, pp. 41-42.

² Raul Proença, “Manifesto ao Povo: A «Renascença Portuguesa»”, in *A Vida Portuguesa* (dir. Jaime Cortesão), vol. II, 1914, p. 11.

liberdade estética, separando a Arte da Moral. Assim, por força da República, a sociedade modernizou-se, europeizou-se, ao mesmo tempo que a elite política reitora do Estado conflituava mortalmente entre si, abandonada da antiga teoria optimista e generosa da perfectibilidade humana estudada nos livros de Comte e Littré.

A contradição entre a nova ordenação política instaurada pela I República, revolucionando o sistema político e o aparelho de funcionamento do Estado, e a ordenação consuetudinária dos hábitos e costumes sociais gerou um caos cultural inédito em Portugal em que nenhuma corrente, tese ou princípio se revelou como dominante, nem mesmo a aceitação consensual do republicanismo entre largas camadas da população rural, que passivamente se subordinavam aos ditames de Lisboa, Porto e Coimbra. Com efeito, se politicamente o século XX começa em 1910 com a instauração da República, alterando de modo radical a estrutura do aparelho de Estado, culturalmente, por efeito retardado desta revolução política, o século condensa-se na antevéspera do Sidonismo, evidenciando o leque de possibilidades culturais que, inscritas no código genético histórico de Portugal, serão desenvolvidas ao longo de todo o século XX. Com efeito, no ano de 1915:

1. é publicada *Orpheu*, revista de Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, instauradora da modernidade literária portuguesa do século;
2. reflectindo o espírito d'A *Águia*, é publicado o livro *Arte de Ser Português*, de Teixeira de Pascoaes, reinventando o tema da saudade à luz de um conteúdo simultaneamente messiânico-providencialista e lírico-espiritualista, transformando este sentimento num dos mais discutidos e problemáticos temas do pensamento português do século XX;
3. é publicado o livro *O Valor da Raça*, de António Sardinha, obra determinante na criação do ideário do movimento do "Integralismo Lusitano" e, em parte, inspiração cultural do futuro Estado Novo;
4. é publicado o livro *O Pensamento Criacionista*, de Leonardo Coimbra, primeira grande expressão da filosofia espiritualista portuguesa do século XX;
5. é publicado o estudo *Educação Cívica*, de António Sérgio, obra fundamental do ideário democrático português e primeiro grande momento do pensamento racionalista português na esfera da política;
6. é instaurada a primeira ditadura no seio do republicanismo, a ditadura do general Pimenta de Castro, anunciadora da ditadura de Sidónio Pais (1917-18) e, posteriormente, da de Oliveira Salazar, a partir de 1932. Acrescidas aos dois anos da ditadura monárquica de João Franco, determina-se assim, em cem anos, a existência de mais de cinquenta anos de vida política ditatorial em Portugal ao longo do século XX. É excessivo!

Com estes seis acontecimentos histórico-culturais, centrados na antevéspera da tomada do poder por Sidónio Pais, a que se deve acrescentar a criação da *Seara Nova*, em 1921, encontra-se definido o complexíssimo quadro de vertentes culturais que irão enquadrar a vida e o pensamento portugueses ao longo do século XX.

Porém, nem mesmo o tradicionalismo das forças sociais que apoiaram Sidónio Pais e, posteriormente, Oliveira Salazar terá sido suficiente para anular as cinco grandes conquistas da República, que influenciaram determinantemente todas as diferentes áreas do saber e da educação em Portugal e que, conjugadas na totalidade, desenharam unitariamente uma nova figuração imagética de Portugal, erguida na segunda metade do século XIX e definitivamente consolidada na primeira metade do século XX, marcando igualmente a totalidade cultural deste último século:

1. contra a visão e o espírito nacionalista d'A Águia: *o que a Europa considera culturalmente moderno e actual é mais importante do que o passado de Portugal*;
2. contra as visões atlantistas de Portugal e contra a tese do sustento de Portugal através da riqueza das suas colónias: *a Europa é o destino de Portugal*;
3. contra a visão escolástica da universidade e a visão religiosa da Igreja, dominantes na cultura portuguesa ao longo dos séculos XVII e XVIII: *a razão* (o entendimento analítico) *é mais importante do que o espírito* (a alma);
4. contra a tradição metafísica e espiritualista portuguesa dominante entre as segundas metades dos séculos XVII e XVIII: *a ciência é axiologicamente mais importante do que a filosofia*;
5. contra setecentos anos de realza em Portugal: como regime político, *a República é superior à Monarquia*.

Como se constata, o espírito d'A Águia contesta totalmente os primeiros quatro desígnios nacionais republicanos, postando-se assim, não contra a República, mas contra o poder republicano, e Teixeira de Pascoaes inicia o seu "exílio" voluntário em Gatão.

2. O espiritualismo d'A Águia

2.1 O Nacionalismo de Teixeira de Pascoaes e António Sardinha

Em 1915, como acima mencionámos, Teixeira de Pascoaes e António Sardinha publicam dois livros fundamentais da cultura portuguesa do século XX: respectivamente, *Arte de Ser Português*³, escrito propositadamente para a educação dos jovens, e *O Valor*

³ Teixeira de Pascoaes, *Arte de Ser Português*, [1915], Lisboa, Roger Delraux, 1978.

da Raça⁴, dissertação apresentada a concurso de professor da Faculdade de Letras de Lisboa no grupo de Ciências Históricas. São duas propostas culturais de teor nacionalista, efeito da reacção cultural dos dois autores contra o estado político-social catastrófico da I República, cujas traves jurídicas se identificavam com uma forte influência estrangeira (francesa) na organização legislativa e constitucional do aparelho de Estado.

Ambos os livros oferecem, em contrapartida, uma alternativa de carácter político organicista, assente em concelhos e municípios, segundo a tradição portuguesa interpretada por Alexandre Herculano na sua *História de Portugal*. Entre as duas obras existe, porém, uma abissal diferença cultural. Teixeira de Pascoaes faz pousar a sua proposta política de organização do Estado sobre um sentimento colectivo lírico e amoroso, constitutivo do “raça portuguesa” – a saudade –, enquanto António Sardinha faz centrar, constitutiva e ontologicamente, a “portugalidade” na pré-história do “homem de Muge” (p. IV), descendente de uma alegada civilização “Atlante” (a “Atlântida”), já expressa nos versos da *Odisseia*, de Homero⁵: “para mim o H(omo) Mediterranensis, que já agora não designarei senão por H(omo) Atlanticus, não é mais que um sobrevivente da Atlântida submersa”⁶; António Sardinha elabora uma complicadíssima genealogia do homem português, cruzando mitologia, poesia, legenda, história e dados da antropologia, emendando os resultados culturais a que Martins Sarmiento chegara [“Se Martins Sarmiento vivesse, com certeza que emendaria o [seu] texto transcrito...”⁷], tentando provar não só a longínqua existência da Atlântida como a descendência portuguesa da “raça Atlante”, de cuja memória se teria criado a lenda de D. Sebastião, símbolo mítico que “aguarda que se cumpram o ano e o dia das promessas de Deus”⁸ sobre a redenção salvífica de Portugal como nação criadora e dirigente de impérios. Sendo os portugueses directamente descendentes deste “homo Atlanticus”⁹, conservando o seu atavismo genético e antropológico sob as hordas romanas, bárbaras e mouras, este teria despertado aquando da “Reconquista” cristã, que o autor desenvolve no capítulo sobre a “Teoria da Nacionalidade”¹⁰. Neste livro, António Sardinha, contestando as teorias históricas da formação da nacionalidade por Oliveira Martins e Alexandre Herculano, aproxima-se vivamente de Teófilo de Braga:

⁴ António Sardinha, *O Valor da Raça*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa, Editores, 1915.

⁵ Cf. *Idem, ibidem*, capítulo “O Espírito da Atlântida”, pp. 69 ss.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 80.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 87.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 88.

⁹ *Idem, ibidem*, pp. 100-102.

¹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 103-133.

E com vislumbres de vidente o que Teófilo mais fervorosamente procurava era a nossa independência étnica, contra o Acaso teórico de Oliveira Martins, o qual contemplava em nós um produto apenas das ambições dos nossos Príncipes. Teófilo subia mais longe, profundando o negrume das Origens, para resuscitar [sic] na Lusitânia dos Antigos, segundo o Strabão da referência do estilo, a vasta actividade dum povo embrionário que ascendera devagar as jornadas custosas para a autonomia. Deixava de ser a Lusitânia uma alusão pedantesca dos humanistas de Quinhentos, conforme pretendia Alexandre Herculano. Volvia-se numa realidade tão viva, tão plena, como a carne da nossa carne, como o sangue do nosso sangue. Esta é a significação da obra de Teófilo, que fica, todavia, digo eu algures, como uma enorme pirâmide sem vértice. Falta-lhe a síntese, o justo remate, de que Teófilo se incapacitara por causa do preconceito republicano que lhe obliquava a rotina.¹¹

A “síntese ou “justo remate” teórico era obviamente, para Sardinha, o Integralismo Lusitano:

... não somos uma pátria morta, arrastando pelo poder da inércia a subsistência precaríssima dos seres subalternos. O que dormimos é o sono secular do Encoberto. Mas quando há lampejos de vida na nossa modorra, a Raça descobre-se magnífica, como que inspirada por um fim imortal. Falem as campanhas da Aclamação, fale a guerra santa contra os Franceses, – que fale Portugal concelhio de 1828! A nossa homogeneidade étnica nos dá a virtude indebelável da resistência. É o pequeno dolicoide, sobrevivente da Atlântida, criador da arte egeana, que nos reservatórios incansáveis da energia pátria elabora sem cessar o grande espírito de que o Luso se mostra condutor à hora espessa da crise. Voltemos à continuidade tradicional interrompida. E de pronto, com a reconstituição do seu meio próprio, a alma suprema da comunidade há-de ser connosco!¹²

Assim, *O Valor da Raça*, de António Sardinha, apresenta-se como um texto militar e militante, carregado de imagens guerreiras e de apelos à luta, justamente o inverso dos textos de Teixeira de Pascoaes, quaisquer que eles sejam, mesmo os mais militantes, como *Arte de Ser Português*, sempre repassados de um vento lírico. Reenviamos o leitor, igualmente, para o texto da conferência pronunciada por Teixeira de Pascoaes em Vila Real, no período mais fogueiro da sua militância saudosista e lusitanista, em 1913, na festa académica do 1.º de Dezembro da Universidade Livre, na qual, utilizando exactamente o mesmo complexo semântico de metáforas de Sardinha (Passado e Presente = Portugal = Povo que dorme =

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 144.

¹² *Idem, ibidem*, p. 155.

Povo morto; Futuro = Portugal ressuscita = Povo reconciliado com a sua História = Povo vivo), despreza em absoluta as imagens guerreiras¹³.

No seio de um texto de batalha, alusivo a um recentramento combatente do conceito de “pátria”, todo ele votado contra o positivismo francês, contra o “bacharelismo” europeu de Coimbra, contra o constitucionalismo francês que inspirava a organização do novo aparelho de Estado republicano, as imagens de Teixeira de Pascoaes permanecem amoráveis e o seu texto não só nunca assume um conteúdo xenófobo (é defendido o legado da Renascença Italiana) como se eleva a um lirismo poético que não intenta fechar a “pátria” na eterna contemplação revivida do seu passado longínquo, através de uma organização comunal sob o comando de uma realeza absolutista, cruzadística e messiânica, como fora intento do Integralismo Lusitano.

Neste sentido, a diferença cultural entre António Sardinha e Teixeira de Pascoaes reside, *mutatis mutandis*, ao nível político, entre o autoritarismo dogmático português do Estado Novo e a direita conservadora e liberal, ao modo, por exemplo, dos escritos políticos de Fernando Pessoa. Assim, não há que confundir filosófica e ideologicamente as duas vertentes nacionalistas, já que enquanto o discurso de António Sardinha é, por essência, um discurso monádico, autárcico, semanticamente fechado sobre si próprio, deduzido *more geometrico* de rígidos princípios, não admissor de réplica senão em combate de morte (como Salazar o experimentou, ilegalizando e mandando prender os seus adversários políticos), o discurso de Teixeira de Pascoaes é um discurso semanticamente aberto, gerador de múltiplas interpretações, desde a interpretação crítica e ferozmente negativa de António Sérgio à interpretação neutra de Carolina de Michaëlis e de Joaquim de Carvalho, passando pela interpretação elogiosa de António Braz Teixeira, Afonso Botelho ou Pinharanda Gomes e pela interpretação arquetípica de Dalila Pereira da Costa, ou pela novíssima interpretação, já neste século, de Paulo Borges.

É assim necessário e vital separar-se, de facto e historicamente, a obra de António Sardinha da obra de Teixeira de Pascoaes, já que ambas se encontram no fundo originário de duas das mais importantes correntes culturais portuguesas deste século: António Sardinha no fundo do pensamento vanguardista, cruzadístico, providencialista e totalitário português, e Teixeira de Pascoaes no fundo arquetípico da corrente espiritualista e metafísica portuguesa. Assim, é absolutamente necessário diferenciar o espiritualismo português (Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra) do providencia-

¹³ Cf. Teixeira de Pascoaes, “Festa Académica 1.º de Dezembro”, in *O Villarealense*, n.º 43, 11/12/1913, *apud*, Maria Gracinda Leonor Dantas Gonçalves Marques, *As Universidades Livres e Populares Portuguesas em Coimbra e no Porto (Dos finais do século XIX à década de trinta do século XX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1999, pp. LXIV-LXV (texto policopiado).

lismo cruzadístico e messiânico (António Sardinha e o Integralismo Lusitano, continuados, após 1930, pelo salazarismo, já em forma de doutrina política vitoriosa).

2.2 O perfil de Portugal segundo Teixeira de Pascoaes

Do mesmo modo, o desenho do perfil de Portugal teorizado por Teixeira de Pascoaes afasta igualmente qualquer prenúncio de tentação totalitária por parte do autor, isto é, qualquer teorização ou sentido semântico bélico e guerreiro como parte constitutiva do sentimento e conceito de saudade.

Teixeira de Pascoaes, em 1912, em colaboração com Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Afonso Duarte, Raul Proença, António Correia de Oliveira, funda a Associação da Renascença Portuguesa, com sede no Porto, e assume a direcção da revista *A Águia* (fundada por Álvaro Pinto em 1910, no Porto). No texto introdutório, Teixeira de Pascoaes escreve:

[A Renascença Portuguesa pretende] dar um sentido às energias intelectuais que a nossa raça possui; isto é, colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que, neste momento histórico, abraça todas as almas sinceramente portuguesas: – Criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo onde a sepultaram alguns séculos de escuridão física e moral, em que os corpos se definham e as almas amorteceram.¹⁴

Em *Arte de Ser Português* (1915), bem como nas conferências que foi proferindo em nome da Renascença Portuguesa entre 1912 e 1917, Teixeira de Pascoaes pugna pela “nacionalização” intensa da “alma portuguesa” nos *curricula* dos liceus e da escola primária, acordando em cada estudante o sentimento patriótico gerado pelo “espírito saudoso” ou “consciência saudosa”, ou seja, pela exteriorização e esclarecimento consciente do conceito de Saudade como âmago da visão pátria de Portugal e como lugar identificador e singularizador no concerto das nações europeias. De facto, da leitura dos livros e das conferências de Teixeira de Pascoaes, publicadas pela Renascença Portuguesa, ressalta a inspiração poética que atravessa a sua interpretação da história de Portugal, bem como (devido à ênfase estilística e ao entusiasmo posto na escrita: *Arte de Ser Português* foi escrito em quinze dias, segundo confessa o autor na introdução) a missão salvífica que atribui ao momento de instauração da República, visto como um movimento regenerador de Portugal. A asserção que Fernando Pessoa faz da poesia de Teixeira de Pascoaes, uma

¹⁴ Cf. *A Águia*, n.º 1, 2.ª série, Porto, 1912.

poesia que espiritualiza a natureza (na poesia de Pascoaes a folha que cai é uma alma que sobe ao céu), deve ser tomada à letra: “A Matéria existe, o Espírito vive, porque viver é ser consciente; ou antes, o Espírito existe na Matéria e a Matéria vive no Espírito. Espírito e Matéria são as duas faces do enigma; a natureza inicial, diabólica, e a natureza divina e final”¹⁵. Em nota de rodapé, Pascoaes esclarece:

No Princípio era a Esperança (...) O voo da esperança, cristalizando, esculpindo a realidade sensível, recebe de cada cristalização um novo impulso criador. Assim, a sua cristalização mineral imprimiu-lhe um impulso vegetal; a cristalização vegetal imprimiu-lhe um impulso animal, e a cristalização animal o impulso espiritual. (...) Mas o voo da esperança atinge uma altura em que se ilumina e reflecte sobre si próprio. A sua direcção torna-se interior a ela mesma, liberta-se do Espaço, e temos a Consciência ou a Lembrança espiritual.¹⁶

Assim, o pensamento de Teixeira de Pascoaes é recoberto pela consciencialização humana de um movimento espiritual ontologicamente evolutivo que progride, reino a reino natural por todo o universo mecânico, até se tornar Espírito reflectido em si próprio na Consciência ou no pensamento humano. Do mesmo modo que o Espírito subjaz ao movimento teleológico da matéria, assim, na História, o Espírito substancializa-se nos povos, “cristalizando-se” em pátrias, dotando estas de individualidade específica geográfica e civilizacional, que as marca vitaliciamente:

Acreditamos nos seres espirituais, Família, Pátria, Humanidade, as três pessoas de Deus, trazendo formas de vida superiores às nossas [à individualidade de cada homem], e às quais, portanto, nos devemos sacrificar¹⁷, amando, lutando, trabalhando. E então não mentiremos à nossa natureza escrava que quer ser livre e ao nosso destino de sacrifício e redenção.¹⁸

No interior deste pensamento metafísico, de evidente estilo poético e lírico, toma forma um pensamento nacional e nacionalista que intenta extrair da história de Portugal um perfil espiritual passível de regenerar a pátria de um longo período de desvario e erro, isto é, de um longo período decadentista. É assim que Teixeira de Pascoaes organiza o conceito de “Pátria” a partir do cruzamento singular entre dois outros conceitos subjacentes: o de

¹⁵ Cf. Teixeira de Pascoaes, *Arte de Ser Português*, ed. cit., pp. 141-142.

¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 142-143.

¹⁷ Segundo Teixeira de Pascoaes, a lei suprema da vida é a lei do sacrifício das formas inferiores de vida às superiores.

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 146-147.

“carácter” e o de “raça” – a raça compõe-se de “um certo número de qualidades electivas (num sentido superior) próprias de um povo, organizado em Pátria, isto é, independente sob o ponto de vista político e moral”¹⁹; e o carácter assume-se como “a expressão total das qualidades conservadas e transmitidas, pela herança e tradição, que definem uma raça”²⁰. Assim, a ideia de pátria inclui a ideia de raça específica e, esta, a ideia de carácter, positivo e negativo, de um povo.

A “raça portuguesa” apresenta um conjunto de elementos constitutivos que lhe são específicos e que a diferencia de todas as restantes – por exemplo, o sentimento lírico-poético de cariz religioso que atravessa a nossa história; o “génio” da língua expressa no sentimento de saudade; a independência religiosa do povo expressa na primitiva igreja portuguesa ou Igreja Lusitana; a lenda sebastianista; as primitivas leis portuguesas baseadas nos costumes regionais; a transmutação espiritual da paisagem nas obras estéticas portuguesas. Todos estes elementos individualizadores confluem numa composição harmónica e permanente, subjacente a todas as épocas de glória ou de fracasso, que o autor designa por “Alma Lusíada” ou “Espírito Lusitano”, títulos de duas conferências suas.

Como particularidade idiossincrática portuguesa, o sentimento de saudade origina-se, por um lado, como reflexo da paisagem terrena na personalidade do povo e, por outro lado, e mais importante, como fusão ou síntese de culturas de povos históricos diferentes que nesta paisagem se cruzaram. A Alma Lusíada nasceu do cruzamento entre os povos arianos (celtas, gregos, romanos, godos) e os povos semitas (fenícios, cartagineses, judeus, árabes)²¹. Os primeiros trouxeram o Paganismo para a Península Ibérica e os semitas o Cristianismo. O sentimento próprio da alma portuguesa nasce assim da fusão entre estes dois modos de vivência religiosa e cósmica – a este particular sentimento que define intemporalmente a totalidade da história de Portugal, animando subterraneamente a sua literatura e a sua política, a sua teologia e a sua filosofia, chamou Pascoaes o sentimento saudoso ou a Saudade.

A Saudade consubstancia-se na união emotiva entre o Desejo e a Dor: o Desejo materializa a Dor e esta espiritualiza o Desejo; pelo Desejo, o sentimento saudoso exprime a nossa visão ariana do mundo; pela Dor, a nossa visão semita: “Desta forma, os dois grandes ramos éticos que deram origem a todos os povos europeus encontraram na Saudade a sua suprema síntese espiritual. E quando digo Saudade digo Alma Portuguesa”²². Pelo Desejo,

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 18.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 20.

²¹ Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, Ed. Renascença Portuguesa, 1912, p. 8; cf. igualmente *Arte de Ser Português*, ed. cit., p. 73.

²² Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, ed. cit., p. 10.

a saudade converte-se em Esperança e pela Dor em Lembrança; Esperança e Lembrança são assim duas características básicas da alma portuguesa, transfigurando-se a Esperança sonhada ou desejada na forma feminina de Vénus (ariana) e a Lembrança na forma feminina de Virgem Dolorosa (semita). O espanhol é predominantemente semita, violento e dramático; ao italiano, mais pagão, Apolo está-lhe no sangue e Cristo apenas nas palavras. O português é aquele que reúne os dois elementos conflituosos na síntese unitiva da saudade. Por isso, historicamente, a ligação do português com a Santa Sé foi sempre polémica, feita de dissidências, distâncias e pressões múltiplas: “O povo lusitano nunca aderiu a Roma” e “Afonso Henriques obrigou a Igreja Lusitana a sujeitar-se à Santa Sé apenas para obter protecção papal face a Castela e Leão”²³. Nesta unificação religiosa da Península Ibérica sob o domínio católico, lançando a heresia sobre os outros grupos religiosos (igrejas lusitana, árabe e judaica), encontra Teixeira de Pascoaes um dos mais longínquos ataques negativos à Alma Lusíada, justamente porque “... a nossa criação da Saudade (...) revela, em virtude do seu etéreo significado, a existência de um ideal messiânico, religioso, latente no génio português” que o alto clero católico teria continuamente reprimido²⁴.

A Renascença Portuguesa, sob a direcção de Teixeira de Pascoaes, intenta historicamente, após a mentalidade de declínio patente nos finais do século XIX, uma espécie de purificação da pátria portuguesa, não só no seu aspecto cultural, mas, levada pelos ventos da República, também nos aspectos sociais, económicos e políticos, ou seja, a total “... reintegração dos Portugueses no carácter que por tradição e herança lhes pertence, para que o povo ganhe uma actividade moral e social subordinada a um objectivo comum superior. Em duas palavras: colocar a nossa Pátria ressurgida em frente ao seu Destino”²⁵; um ano antes, em 1914, Pascoaes confessava: “A Alma Lusíada pode converter-se numa Nova Civilização”²⁶; e em 1912, enfatizava o objectivo geral da Associação, proclamando que cabia a Portugal dar “pela segunda vez alguma coisa de novo à civilização europeia”²⁷.

Assim, era intenção nacionalista de Teixeira de Pascoaes operar uma reconversão do espírito decadente português num espírito glorioso e triunfante, heróico, de cariz exemplar para os outros povos europeus. Para isso, Teixeira de Pascoaes trata de, em primeiro lugar, diferenciar a cultura portuguesa da cultura dos restantes países europeus, especialmente dos latinos (o que consegue, através da teoria da Saudade como síntese superior e equilibrada entre os espíritos civilizacionais ariano e semita), e, depois, reinterpretar a

²³ *Idem, ibidem*, pp. 15 e 16.

²⁴ Cf. Teixeira de Pascoaes, *A Era Lusíada*, Porto, Ed. Renascença Portuguesa, 1913, p. 22.

²⁵ Cf. Teixeira de Pascoaes, *Arte de Ser Português*, ed. cit., p. 18.

²⁶ Cf. Teixeira de Pascoaes, *A Era Lusíada*, ed. cit., pp. 9-10.

²⁷ Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, ed. cit., p. 7.

história à luz da sua nova teoria, criando um novo centro histórico imaginário do povo português, centrado nas virtudes da independência, aventura, liberdade, solidariedade e igualdade dos povos da I Dinastia: "O homem transviado tem de voltar atrás, a local seu conhecido, para aí retomar a verdadeira via, o rumo que o levará ao seu destino. O que parece um regresso não é mais, afinal do que um avanço"²⁸, ou, como o autor afirma num outro seu livrinho: "Renascer (...) é tirar das fontes originárias da vida uma nova vida"²⁹.

A Renascença Portuguesa e Teixeira de Pascoaes propõem, assim, uma "refundação" de Portugal, um retorno às "fontes originárias da vida histórica de Portugal, para aí se encontrar o húmus pátrio cujas qualidades permitam seguir a verdadeira via" nacional. De igual modo, torna-se necessário abandonar o positivismo cientificista e o experimentalismo europeu, com predomínio das ciências naturais e matemáticas, e retornar à antiga escala axiológica onde dominavam prioritária e privilegiadamente os valores morais e nacionais. "Duas grandes qualidades possui o povo português: o Génio Aventureiro e o Temperamento Messiânico"³⁰, aventura criadora do futuro e esperança messiânica com cíclico ressurgimento do passado, passado e futuro unidos pela ponte emotiva da Saudade, ou por o que Pascoaes designa por "religião da Saudade", Portugal e "[o] Espírito Lusitano criarão uma Nova Era (...), uma Nova Religião (...) e uma Nova Religião quer dizer uma Nova Arte (...), uma Nova Filosofia e um Novo Estado"³¹; numa palavra, uma nova civilização, a civilização lusitana da Saudade. Esta nova civilização, devido às suas origens especificamente portuguesas, não possui paralelo actual em qualquer forma de regime político-social europeu e, decididamente, afasta como modelo as estruturas institucionais históricas nascidas da Revolução Industrial:

A palavra "progresso" tem um sentido hirto e seco. Ela evoca imediatamente metálicos ruídos de máquinas (...) Nós queremos renascer e não apenas progredir.³²

Do mesmo modo, a estrutura constitucional da I República assemelha-se, aos olhos de Teixeira de Pascoaes, a cópia desnacionalizada das instituições políticas francesas levada a cabo pela influência positivista, e, por isso, declara: "É preciso que a República seja uma República Portuguesa e não uma República afrancesada"³³.

²⁸ Cf. Teixeira de Pascoaes, *Arte de Ser Português*, ed. cit., p. 19.

²⁹ Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, ed. cit., p. 7.

³⁰ Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Génio Português – Na sua expressão filosófica, poética e religiosa*, Porto, Ed. Renascença Portuguesa, 1913, p. 10.

³¹ Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, ed. cit., p. 10.

³² Cf. Teixeira de Pascoaes, *A Era Lusitana*, ed. cit., p. 19.

³³ Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, ed. cit., p. 15.

Diferentemente de outras qualidades positivas do povo português, originadas ao longo da formação da nacionalidade, consolidadas em Aljubarrota e expressas mundialmente com os Descobrimentos, o espírito messiânico nasceu e desenvolveu-se como directa consequência do desastre de Alcácer-Quibir e do desejo saudoso do regresso ao modo peculiar de vida anterior aos Descobrimentos.

Assim, na época imaginariamente idealizada por Pascoaes como nó histórico de Portugal, assiste-se ao nascimento definitivo do lirismo poético português e, por via deste, fundido com a emoção religiosa, emerge na língua-alma portuguesa um conjunto de palavras que o autor considera de impossível tradução, senão por aproximação: antes de mais, a palavra *Saudade* (“A Alma Lusitana encontrou-se toda numa única palavra: Saudade”³⁴), a *soidade* de D. Duarte, a *lembrança de alguma coisa com desejo dela*, de Duarte Nunes de Leão, o *gosto* e a *amargura* simultâneas de Almeida Garrett; outras palavras portuguesas que, segundo o autor, ganham sentido espiritual intraduzível e incompreensível senão por portugueses e galegos, são *sombra* que também *alumia*, o *silêncio* que também *fala*, a *ausência* que é *presença*, e outras como *nevoeiro*, *ermo*, *remoto*, *luar*³⁵; a própria palavra *amor*, de sentido universal, ganha no português um sentimento de “amoroso platonismo, esse vago sentido etéreo das coisas na sua pureza imaterial e original” que “dá uma delicadeza divina à obra lírica da raça e é um sinal da nossa religiosidade saudosista”³⁶.

Para Teixeira de Pascoaes, a decadência portuguesa tornara-se sinónimo de “desnacionalização”. Com efeito, esta fora conseguida com sucesso através de um processo político e económico de total europeização, a que não teria escapado o domínio absoluto do poder religioso papal sobre as forças religiosas nacionais (a primitiva igreja lusitana de raiz prisilianista). A “desnacionalização” de Portugal tinha sido economicamente preparada com o esgotamento do império, assinalado pela época camoniana, e desenvolveu-se triplamente por via de um abastardamento cultural, político e religioso que minara as energias nacionais. Religiosamente, o domínio total da mentalidade nascida da Contra-Reforma, propulsionada pelos jesuítas e pela Inquisição, teria abafado definitivamente a pouca autonomia que a igreja portuguesa ainda possuía, embora desde sempre o alto clero se tivesse mantido fiel a Roma; culturalmente, após o malogro da reforma humanista de D. João III, a sintonia de princípios filosóficos e teológicos entre a Universidade de Coimbra e a Sorbonne de Paris no seio de uma escolástica religiosa comum teria esmagado o espírito criador e aventureiro, saudoso e messiânico, que penetrava de lirismo peninsular as

³⁴ “Em Portugal, a emoção poética antecede o pensamento filosófico”, cf. Teixeira de Pascoaes, *O Génio Português*, ed. cit., p. 10.

³⁵ *Idem*, *ibidem*, pp. 28-29.

³⁶ Cf. Teixeira de Pascoaes, *Arte de Ser Português*, ed. cit., p. 90.

obras civilizacionais dos Descobrimentos; politicamente, depois do absolutismo, que teria pulverizado a autonomia regional e municipal, o constitucionalismo francês, apadrinhado pelos “altos políticos”, desnacionalizou duradouramente em dois séculos, o XVIII e o XIX, as instituições democráticas e populares criadas de modo genuíno pelo povo português³⁷.

Assim, o sebastianismo, mais comungado pelo povo que pelas elites, levantado no momento axial da máxima interiorização da imagem de grandeza imperial de Portugal e da inexorável decadência nacional após o fracasso de Alcácer-Quibir, exprime fortemente, ao nível simbólico da imagem sonhada do rei morto-rei desejado, o cíclico desejo de regresso ao modo de vida comunitário, rural, lírico, errante e sem fronteira definida (primeiro, os mouros; depois, o mar sem fim), aventureiro e místico institucionalizado na I e II Dinastias como centro histórico imaginário dos portugueses.

Todo este originário período histórico é imageticamente sintetizado, na teoria de Teixeira de Pascoaes, pela palavra *Saudade*, a única que presta total sentido à “Alma Lusitana”, esgotando-a poética e filosoficamente. A consciencialização das qualidades intrínsecas a este sentimento pela maioria da nação prefigurará, a nível político, o renascimento de Portugal, constituindo-se o primeiro passo para a existência de uma “Era Lusíada”. Por isso, Teixeira de Pascoaes, interpretando o sentimento de Saudade, inscrito como motor de continuidade da nossa história, estabelece três períodos marcantes na existência de Portugal, dos quais o último, que ele próprio estava vivendo, ganha a força emblemática de uma regeneração:

Os primeiros grandes períodos da Saudade foram o Quinhentos e o Camoniano, porque Camões, sozinho, faz uma época; eis os períodos da Saudade inconsciente; (...) Depois, veio o grande período da Decadência e, com ele, o Estrangeirismo, período que atingiu a sua mais deplorável altura com o advento do Constitucionalismo francês [influência do Positivismo]. Depois, veio o período actual, em que o Espírito da Raça, adormecido, refeito das forças que perdera, acordou, enfim, para a vida consciente e construtiva. (...) A Saudade “procurou-se” no período quinhentista, “sebastianizou-se” no período da decadência e “encontrou-se” no período actual.³⁸

Em Teixeira de Pascoaes, o futuro de Portugal repete, de um modo actualizado, o momento paradigmático da “Pátria”, ou, como repetidamente Fernando Pessoa o afirmou, o futuro de Portugal centra-se no seu passado. Para Teixeira de Pascoaes, a linha de continuidade ontológica da história de Portugal estatui-se no sentimento de saudade:

³⁷ Cf. Teixeira de Pascoaes, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, ed. cit., pp. 7-8.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 11.

Foi a Saudade transfigurada em Acção e Vitória no corpo de D. Afonso Henriques (...). Foi a Saudade o zéfiro do Remoto que enfunou as velas das nossas naus descobridoras. Foi ela que venceu em Aljubarrota. Foi ela que cantou nas estrofes de *Os Lusíadas*. Foi ela que dobrou o Cabo das Tormentas; e, fitando na noite tempestuosa o vulto do Adamastor, o converteu num fragoroso Promontório. Foi ela que criou, nos seus dias de luto, a misteriosa figura do Encoberto. Foi ela que despedaçou as nossas grilhetas em 1640, e, com um relâmpago nos seus olhos, fulminou o leão castelhano. Foi ainda ela que animou a alma popular no dia 5 de Outubro... essa última esperança que não devemos deixar morrer.³⁹

Mas morreu! Teixeira de Pascoaes desgostou-se da política nacional a partir de 1915-17, retirando-se para Gatão, Amarante, para o seu solar de Pascoaes. Desgostoso, no seu diário filosófico, *O Homem Universal*⁴⁰, terminado em 1932, mas publicado em 1937, já não existem referências à “Era Lusíada” e ao “Espírito Lusitano” e à nova civilização que os portugueses pela segunda vez dariam ao mundo.

Bibliografia

- AA. VV., “Os 100 anos d’A Águia e a situação cultural de hoje”, in *Nova Águia. Revista de Cultura para o Século XXI* (dir. Paulo Borges, Celeste Natário e Renato Epifânio), Sintra, Zéfiro Editora, n.º 5, 1.º semestre de 2010.
- BORGES, Paulo, *O Jogo do Mundo. Ensaio sobre Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa*, Lisboa, Portugália Editora, 2008.
- BORGES, Paulo, *Uma Visão Armilar do Mundo. A vocação universal de Portugal em Luís de Camões, Padre António Vieira, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva*, Lisboa, Verbo, 2010.
- EPIFÂNIO, Renato, *Via Aberta. De Marinho a Pessoa. Da Finisterra ao Oriente*, Sintra Editora Zéfiro, 2009 (capítulo dedicado a T. de Pascoaes).
- FRANCO, António Cândido, *Teixeira de Pascoaes. Pensamentos e máximas*, Lisboa, Cosmorama, 2010.
- GOMES, Pinharanda, *A Renascença Portuguesa – Teixeira Rego*, Lisboa, ICALP, 1984.
- NATÁRIO, Maria Celeste, *Entre Filosofia e Cultura. Percursos pelo pensamento filosófico-poético português nos séculos XIX e XX*, Sintra, Zéfiro Editora, 2007.
- SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 14.

⁴⁰ Teixeira de Pascoaes, *O Homem Universal*, [1937], Lisboa, Assírio e Alvim, 1993.

SAMUEL, Paulo, "A Águia e o movimento da «Renascença Portuguesa», in AA. VV. (apresentação de Zília Osório de Castro e introdução de Luís Crespo de Andrade), *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

SAMUEL, Paulo, *Teixeira de Pascoaes na Revista A Águia*, Porto, Caixotim, 2004.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, *A Renascença Portuguesa. Um movimento cultural portuense*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990.

SEABRA, José Augusto, "A Renascença Portuguesa. Da afirmação patriótica aos ideais criacionistas", in Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990.